

A Transcrição de um Manuscrito Eclesiástico Setecentista para a Pesquisa na Área de Linguística Histórica

Soélis Teixeira do Prado Mendes

Doutora em Estudos Linguísticos pela FALE/UFMG

Professora Adjunta do DELET/ICHS/UFOP

soelisufop@gmail.com

Christiane Benones de Oliveira

Aluna-bolsista do curso de Letras Língua Portuguesa – DELET/ICHS/UFOP

christianebenonesdeoliveira@gmail.com

Recebido em: 28/05/2016 – Aceito em 17/06/2016

Resumo: Como não existe outra forma de pesquisar a língua pretérita que não seja por meio de documentação escrita, o *corpus* que servirá de análise deverá refletir fielmente o testemunho transcrito, do contrário os resultados alcançados podem ser enviesados. Assim, pretendemos apresentar e discutir a transcrição de um documento, que é parte de um processo intitulado *De Genere Vita et Moribus*, de Francisco de Paula Meireles (1779), feita com critérios filológicos. Tais critérios permitem respeitar o texto original, o que possibilita ao linguista diacronista conhecer o uso linguístico de um estágio passado da língua. Os dados apresentados são o resultado parcial de uma pesquisa realizada na UFOP. (Ed.14/2014/programa institucional de voluntários de iniciação científica da UFOP – 1º. semestre).

Palavras-chave: Manuscritos, Critérios Filológicos, Pesquisa Diacrônica

Abstract: Since there is no way to research old language other than doing it by examining written documents, the corpus to be analysed may accurately reflect the transcript of the testimony. Otherwise, the results could be biased. We therefore intend to present and discuss the transcript of a document that is part of a process named *De Genere Vita et Moribus*, by Francisco de Paula Meireles (1779). The transcription followed philological criteria, which enables the original text to be faithful and permit the diachronic linguist to be aware of an earlier usage of language. The presented data consist of the partial results of a research carried out at the Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. (Ed.14/2014/ programa institucional de voluntários de iniciação científica da UFOP – 1º semester⁵).

Keywords: Manuscripts, Philological Criteria, Diachronic Research.

Introdução

As línguas mudam e, por meio de fontes manuscritas, é possível acompanhar sua evolução. Diferentemente do que acredita o falante comum, “As línguas humanas não constituem realidades estáticas, ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. É essa dinâmica que constitui o objeto de estudo da Linguística Histórica.” (FARACO, 1999, p.10).

A Linguística Histórica, conforme Bynon (1983), procura “investigar e descrever” como as mudanças ocorrem ou como o sistema linguístico preserva uma estrutura. A partir dos documentos, prossegue a autora, é possível extrair a estrutura gramatical de cada período e, com isso, gramáticas sincrônicas podem ser postuladas e comparadas. Para tanto, áreas como a paleografia e filologia são imprescindíveis ao auxílio do trabalho do linguista.

Segundo Spina (1977), “[...] do amor à palavra nasceu a ciência filológica, uma ciência da área da lin-

guística que tem por objetivo principal [...] concentrar-se no texto, para explicá-lo, restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado.” (p.61). Cambraia (2005, p.18) vai mais além e defende que a filologia é um instrumento de “estudo global de um texto” (p.18); ou seja, por meio da filologia todos os aspectos linguísticos, literários, históricos, culturais de um testemunho podem ser exaustivamente estudados.

A filologia trata da língua e da cultura por meio dos textos que, estudados e editados, podem se tornar um material seguro e fidedigno para realização de posteriores consultas e pesquisas. Possibilita também a disponibilização e a facilitação à leitura de documentos antigos a pessoas sem o conhecimento necessário para manusear, ler e compreender os originais, possibilitando estudos em outras áreas de conhecimento. Além de fornecer informações importantes sobre a origem de um texto, a análise filológica permite que se estudem particularidades da escrita e da língua de uma dada época. Podemos identificar, também, se há participação de terceiros na redação de um documento, o estado de língua da época e aspectos de oralidade na escrita, entre outras particularidades de cada manuscrito.

No que diz respeito à paleografia, Acioli (2003, p. 5) a define como:

[...] a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi escrito o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Cambraia (2005, p.23), por sua vez, define essa ciência de forma bem ampla: “estudo das escritas antigas”, mas acrescenta que essa modalidade se preocupa em entender os aspectos sócio-históricos que constituíram o sistema de escrita e disponibiliza meios para avaliar a autenticidade dos documentos, avaliando as características da sua escrita.

A edição de textos manuscritos de épocas pretéritas é um processo lento e criterioso, pois além do estado de conservação do documento, que, na maioria das vezes prejudica a leitura, é preciso se habilitar ao tipo de escrita. Dessa forma, o trabalho de edição e preparação de textos deve ser realizado com responsabilidade e cientificismo visando à fidedignidade máxima ao documento original. Por isso, toda a metodologia empregada deve ser divulgada de modo que outros pesquisadores possam conhecer quais procedimentos levaram aos resultados.

Para situarmos o tipo de edição aqui apresentado, discorreremos brevemente sobre a modalidade de edição escolhida, que é a diplomática. Define-se como edição diplomática aquela em que há uma “transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo, tais como sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular, etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 93). Nessa modalidade de edição, o grau de intervenção do editor é baixo. Entretanto, é preciso considerar que “não obstante todo o cuidado rigoroso por parte do editor” (MENDES, 2008, p.162), “uma edição diplomática já constitui uma interpretação subjetiva, pois deriva da leitura que um especialista faz do modelo (CAMBRAIA, 2005, p. 94)”.

Neste trabalho, a edição *diplomática* foi escolhida por garantir a preservação das características originais do documento pesquisado, fato de suma importância para o trabalho de linguistas históricos. Isso porque, de acordo com Picchio (1979), os pesquisadores que usam a edição conservadora fazem-no por acreditar que um texto vale como realidade histórica, simultaneamente fonética e gráfica; de modo que modificações no texto é um ato injustificável.

Conforme mencionado anteriormente, é necessário que sejam adotados critérios bem elaborados para o reconhecimento e identificação de caracteres de forma que o texto original seja respeitado, dentre outros aspectos filológicos de edição. Para tanto, normas devem ser propostas e seguidas à medida

que o trabalho de transcrição é realizado. A seguir, apresentaremos as normas adotadas para a transcrição do manuscrito sob análise.

Normas de transcrição

O estabelecimento de normas garante a conservação dos aspectos formais originais dos documentos, ou seja, a ortografia, a sintaxe, as idiossincrasias, etc. Conforme Fachin (2008, p. 19), deve-se fazer uso de “normas de transcrição e critérios de leitura elaborados, com o intuito de editar os documentos de forma fidedigna, ou seja, sem oscilações”. Para além dessas questões, prossegue o autor, “para que o resultado de sua edição possa ser examinado por outros pesquisadores, todos os critérios utilizados devem ser divulgados.” (p.19). Essas normas devem ser elencadas e destacadas na edição para nortear leituras posteriores.

Para a transcrição desse manuscrito, foram adotadas as normas propostas por Cambraia et.al. (2001) com adaptações estabelecidas por Mendes (2008), sendo elas:

1. A transcrição procurará ser fiel ao texto original;
2. As abreviaturas não serão desdobradas;
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. 1 Exemplos: “adondeu”; “porellefoiRequerido”; “Comellalhe-deu”; “dedevasa”;
4. A pontuação e acentuação originais serão mantidas.
5. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução;
6. Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, a sua transcrição será feita entre parênteses redondos simples : ();
7. Os numerais, tanto indo-arábicos como romanos, serão transcritos na sua forma original;
8. As intervenções de terceiros no documento original e seu estado de conservação serão apontadas antes da transcrição;
9. As anotações de outro punho, as alterações e borrões de tinta serão informados em nota;
10. Os caracteres cuja leitura for impossível serão transcritos *como pontos dentro de colchetes precedidos pela cruz †* (o número de pontos é o de caracteres não legíveis) (cf. CAMBRAIA, 2005, p. 128). Entretanto, quando não for possível identificar esse número, apenas será registrada a cruz;
11. Palavra(s) danificada(s) por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou outros será(ão) indicada(s) entre colchetes, assim: [corroída] ou [corroídas]. Em se tratando de um trecho de maior extensão danificado pelo mesmo motivo será indicada entre colchetes a expressão [corroída + de 1 linha];
12. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical: | entre as linhas. A mudança de fôlio será indicada com duas barras verticais: || 3
13. As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicadas, nesse caso, entre duas barras verticais, além de apresentar o estado do fôlio. Exemplos: ||fl.76r. ||; || fl.76 v. ||;
14. Se o original não for numerado ou estiver ilegível sua numeração, os números acrescentados serão impressos entre colchetes, indicando-lhes o estado do fôlio. Exemplos: [fl.18 r.]; [fl.18v.];
15. Na edição, as linhas serão numeradas de 5 em 5 a partir da quinta, considerando, inclusive, o título. Essa numeração será colocada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita

- de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Já aquelas marcadas com um X, além de se apresentarem sublinhadas, serão marcadas pelo tipo itálico. Exemplos: “Jozeph Ferra Brazaõ” e *De Fructuoso+ Pra. de Souza*
 17. Os espaços em branco deixados pelo escrivão serão assim identificados: [espaço];
 18. Os fragmentos de frases ou palavras que foram suprimidos pelo escrivão serão indicados em nota.

O processo *De Genere Vitae et Moribus*

Conforme se sabe, a *Inquisição* forçou judeus e mouros a professarem a fé no cristianismo e, ao mesmo tempo, criou-lhes uma barreira intransponível, pois os novos cristãos estavam marcados pelo pecado da sua origem. Em muitas ocasiões, era exigida a limpeza de sangue, sobretudo para assumir encargos religiosos. Justamente para evitar a atribuição de cargos aos novos cristãos, todos os candidatos às ordens sacras eram submetidos à investigação genealógica.

A partir do século XVI, com a promulgação do *Breve De puritate sanguinis*, do papa Urbano VIII, para qualquer cargo pretendido, todos os candidatos deveriam submeter-se aos processos de habilitação *De Genere, vitae et moribus* (sangue, vida e costumes), por meio dos quais comprovavam-se a “pureza de sangue e costumes” e a existência de uma renda mínima. (VILLALTA, 2007).

Os processos para ingresso à vida sacerdotal eram demorados, justamente porque exigiam testemunhos e comprovações de diversas pessoas. Ao final, os candidatos que passavam por esse rigoroso processo eclesiástico dividiam as honras com os seus familiares. “As famílias, durante o Período Colonial, mantiveram a prática de encaminhar ao menos um de seus filhos ao sacerdócio, que se apresentava como uma carreira almejada (...) para os que provinham das ‘boas famílias’”¹ (VILLALTA *apud* WERNET, 2007, p. 28, grifo do autor). Ter entre os seus familiares pelo menos um sacerdote com a declaração de boas origens era um glorioso status social. Segundo Carneiro (2005), a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos persistiu até 1773, quando o marquês de Pombal a aboliu, por decreto. Mesmo assim, por muitos anos continuou o temor de que alguma pessoa de sangue impuro se habilitasse ao sacerdócio.

O manuscrito objeto de análise neste artigo, denominado *Mandado de Comissão*, é parte constituinte do processo *De Genere Vita et Moribus*, do candidato Francisco de Paula Meireles, o qual possui 195 fólios, entre recto e verso, distribuídos em 04 maços, e, em função dos limites deste artigo, apenas apresentaremos o fólio 46v, que faz parte do terceiro maço.

A seguir, apresentaremos a edição fac-símile do manuscrito sob análise, seguida de sua edição diplomática.

Apresentação do *corpus*: edições fac-símile e diplomática

Metodologia: todos os 195 fólios de que é composto o processo foram digitalizados e, para facilitar a leitura, uma vez que alguns trechos estão ilegíveis, foi utilizado o *software photoshop*. Já para a edição diplomática, após várias leituras do testemunho, foi proposto o alfabeto do punho que exarou o documento. Em seguida, com base nas normas já estabelecidas, procedeu-se à transcrição.

Abaixo apresentamos parte da proposição do alfabeto que, conforme Fachin (2008: 45), “representa etapa essencial para a leitura e transcrição satisfatórias de qualquer manuscrito, principalmente quando se trata de grafia de difícil decifração.” Quadros e imagem do artigo *A transcrição de um*

¹WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no século XIX. São Paulo: Ática, 1987, p. 62-63.

manuscrito eclesiástico setecentista para a pesquisa na área da Linguística Histórica, de Soelis T. do Prado Mendes e Christiane Benones de Oliveira, da UFOP.

Letras	Início de sílaba/palavra	Início de sílaba/palavra	Meio de sílaba	Fim de sílaba
A a				
B/b				
C/c				
D/d				
E/e				

Quadro 1- Proposição do alfabeto

A seguir apresentamos algumas informações referentes ao manuscrito, tais como a localização do documento, de que material é feito e como é composto, além de informações sobre a escrita, e, mais abaixo, a imagem do manuscrito sob análise.

Informações sobre o manuscrito	
Fonte documental e cota	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) – Cúria Metropolitana; Armário 04; Pasta Nº604, 4º maço, fl. 9 v
Documento	Mandado de Comissão – parte do processo De <i>Genere Vita et Moribus</i> de Francisco de Paula Meireles.
Escrivão	Pedro Caetano de Mello
Assunto	Pedido de inquirição a testemunhas
Datação	12 de julho de 1790
Local	Mariana (MG)
Suporte material	Cartáceo, sem pauta e sem marca d'água.
Composição	O processo possui 195 fólios organizados em 4 maços. O manuscrito sob análise pertence ao maço no. 3. Dimensão do fólio: 350 mm x 230 mm, aproximadamente. A dimensão é imprecisa, em função da deterioração das margens.
Organização da página	Nem todos os fólios encontram-se numerados, tal como este que se está analisando.
Estado do documento	Bordas parcialmente deterioradas pela ação de papirógrafos e presença de corrosão causada por compostos químicos presentes na tinta utilizada para escrita, o que impossibilita a identificação de alguns grafemas.
Com relação à escrita	Escrita levemente inclinada para direita, com exceção da letra 'd' (uncial).
Com relação aos grafemas	As letras maiúsculas, em geral, são de fácil identificação, mesmo apresentando certa variação; em alguns contextos, as letras "c" e "e" podem ser confundidas e o mesmo ocorre com as letras "n" e "u"; as letras 's' - meio de sílaba- e 'i' são facilmente confundidas, adotou-se, para fins de transcrição, o pingo como marca de diferenciação entre elas.

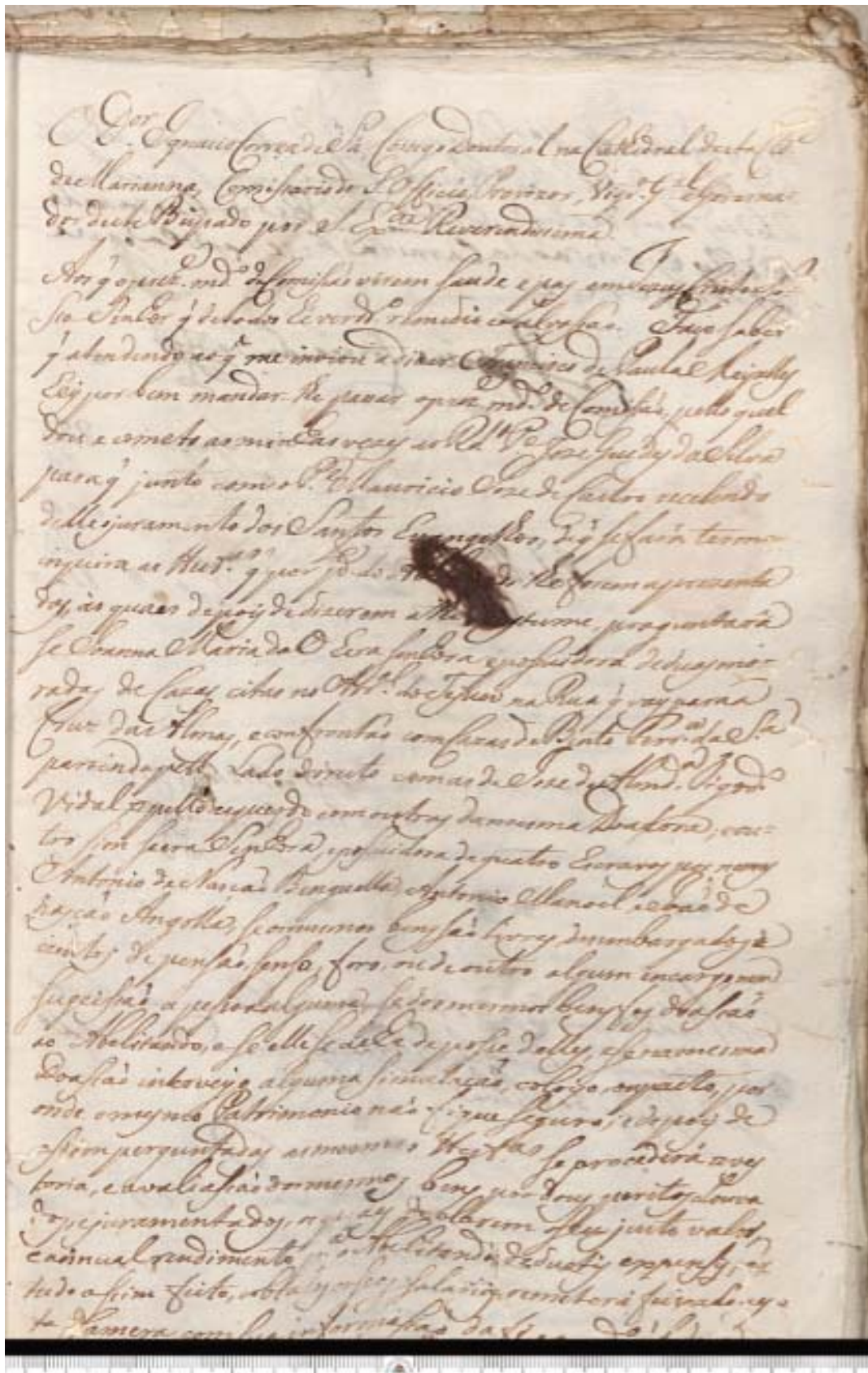


Imagem 1. Edição fac-similar do fl. 46v, 3º maço.

Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana

Conforme já se discutiu, apenas apresentaremos o fac-símile do fl.9v do manuscrito e sua respectiva transcrição:

[fl.46v]

O D^{or}. IgnacioCorrea deSá, Conego Doutoral naCathedral destaCid^e.|
deMarianna, ComiSsario doS. Officio, Provizor, Vigr^o.G^{al}. eGoverna=|
dor desteBispado por S. Ex^a Reverendissima.||
Aos q^È oprez^e. md^o deComiSsaoé virem Saude e pas emJezusCristo ²No=|
SsoSenhor q^Èdetodos hé verdr^o. remedio eSalvaSsaoé. Faço Saber|
q^Èatendendo aoq^È me inuiou a dizer Francisco dePaulaMeyrelles|
hey por bem mandar-lhe passar oprez^e. md^o. deComiSsaoé, pelo qual|
dou e cometo as minhas vezes ao Rd^o P^e. Joze Guedes daSilva|
para q^È. junto com oP^e Mauricio JozedeCastro recebendo|
delle o juramento dos Santos Evangelhos, deq^ÈSefará term(o)|
inquira as ttest^{as} q^Èpor p^{te} do [corroído]do lhe forem apresenta|
das, às quaes depois dedizerem athe [corroído]stume, proguntara|
se Joanna Maria doO hera Senhora e possuidora de duas mo=|
radas deCazas citas no Arr^{al}. doTejuco naRua q^Èvay paraa|
Cruz dasAlmas, e confrontaoé comCazas deBento Ferr^a daS^a,|
partindopello Lado direito com as deJoze de Almd^a. Figrd^o.|
Vidal, epello³esquerdo com outras da mesma Doadora; e ou=|
tro SimSeera Senhora, epoSsuidora de quatro Escravos por nomes|
Antonio de Nasçaoé Benguella, Antonio Manoel, eJoaoé de|
naçaoé Angolla, se os mesmos bens saoe livres, desembargados e|
isentos de penSaoé, (sensa) foro, ou de outro algum encargo, nem|
sugeiSsaoé a peSsoaalguna, Sedos mesmos bens fez doaSsaoé|
ao Abelitando, e se ele seacha de posse delles, eSenamesma|
doaSsaoé intervey;o alguma Simulaçaoé,coloy;o, oupacto, por|
onde o mesmo Patrimonio nãoé fiqueSeguro; e depois de|
s[†..]m perguntadas asmesmas ttest^{as} Se procederá aves|
toria, e avaliaSsaoé dos mesmos bens por dous peritos Louva|
dos, ejuramentados, os quais de clarem oSeu justo valor,|
eannual rendimento p^a. [corroído] o Abelitando de ductis expenSis, o q|
tudo aSsim feito, cobrados osSeosSalarios remeterá feixado aes=|
ta Camera com [sua] informaSsaoé da Fe [†]||

Documentos históricos podem contribuir para conhecermos um estágio antigo de nossa língua e, conforme se pode verificar, na transcrição que propusemos, a escrita foi preservada e, em momento algum, usou-se a expressão latina *sic*⁴ diante de uma palavra, expressão ou sentença que se diferenciam da norma atual da Língua Portuguesa. Isso porque todas as línguas, como são uma continuidade histórica, passam por processos de mudanças, e o que foi norma no passado pode não sê-lo atualmente. Em outros termos, a língua manifesta em um manuscrito registra um uso pretérito e não cabe a um pesquisador definir, anacronicamente, se esse uso está certo ou errado.

²No original há uma corrosão nesse ponto do fólio, mas isso não impede sua leitura.

³No original há uma corrosão acima desse grafema, mas isso não impede sua leitura.

⁴“Assim”. “Palavra que se pospõe entre parênteses a uma citação para indicar que, pro errado ou estranho que pareça, o texto original é bem assim mesmo.” (RONAI, 1980, p.159)

Considerações Finais

Por evidenciar um uso pretérito da língua portuguesa, contribuindo para o avanço do conhecimento desses estados de língua, os textos antigos assumem uma grande importância para os estudos diacrônicos. Tendo em vista essa riqueza, a maior parte dos pesquisadores que utilizam documentos manuscritos como *corpora* de pesquisa devem dar preferência aos textos fidedignos, criteriosamente armazenados segundo normas da edição crítica de textos, conforme se discutiu aqui.

Referências

- ACIOLI, V. L. C. *A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2003.
- ANDRADE, E. A. Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX. *Filologia e Linguística Portuguesa*, nº 10/11, ISSN 1517-4530, FFLCH/USP, São Paulo, p. 149-172, 2010.
- BYNON, T. *Historical linguistics*. London: Cambridge University Press, 1983.
- CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMBRAIA, C.N. *et al.* Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil. In: MATOS E SILVA, R.V. (org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos. Tomo II. SP: Humanitas/FFLCH/FAPESP. 2001. p. 552-555.
- CARNEIRO, M. L. T. *Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- FACHIN, P. R. M. *Descaminhos e dificuldades: leitura de manuscritos do século XVIII*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2008.
- FARACO, C. A. *Linguística Histórica*. São Paulo Ática. 1991.
- MARTINS, A. M. Emergência e generalização do português escrito: de D. Afonso Henriques a D. Dinis. In: MATEUS, M. H. M. (org.). *Caminhos do português*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001 PICCHIO, L. S. *Lição do texto filologia e literatura i – idade média*. São Paulo: Martins, 1979. , p. 23-71.
- MENDES, S. T. do P. *Combinações lexicais restritas em manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita e oral*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2008.
- RONAI, P. *Não perca o seu latim*. RJ: Nova Fronteira, 1980.
- VILLALTA, L. C. A Igreja, a sociedade e o clero. In: RESENDE, M. E. L. de & VILLALTA, L. C. (org.) *História de Minas: As Minas Setecentistas*. Vol. II. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 25-57.

Fontes Manuscritas

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Minas Gerais.
Processo De Genere Vita et Moribus de Francisco de Paula Meireles. 1779.
Armário 04, pasta 604.